



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE DUQUE DE CAXIAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DIREITOS HUMANOS
CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Ata de número **cento e cinquenta e oito** da Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS – de Duque de Caxias, realizada no dia 07 de fevereiro de dois mil e dezessete, iniciada às catorze horas, na sede da Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos de Duque de Caxias, RJ.

Conselheiros Presentes		
Tânia Maria Robaine Ferreira Canella	SMASDH	Governamental
Érica Lourenço Ricardo	SMASDH	Governamental
Valéria Alves de Souza Inácio	SMASDH	Governamental
Marcia Sanches Braga Figueira	SMASDH	Governamental
Roseli Ramos Duarte Fernandes	SMASDH	Governamental
Thereza C. S. da Rocha de Miranda	SMASDH	Governamental
Igor dos Santos Maciel	SMF	Governamental
Ana Gabriela Moraes Farias	PGM	Governamental
Dilcineia Drumond S. Ferreira	APAE	Sociedade Civil
Eunice Rodrigues de Mello Magalhães	Nossa Senhora das Graças	Sociedade Civil
Cleide Jane Figueiró de Araújo	AMIRES	Sociedade Civil
Siomara de Azevedo	ASPAS	Sociedade Civil
Maria da Glória Oliveira Galvão	Servidores de Cristo	Sociedade Civil
Renata Tavares Santos	Lar Fabiano de Cristo	Sociedade Civil

1 Abertura: A Vice-Presidente do CMAS, Sra. Roseli Ramos Duarte Fernandes deu início
2 a reunião ordinária do CMAS com a seguinte proposta de pauta: 1) Aprovação ata 157.
3 2) CENSO SUAS 2016. 3) Substituição de conselheiros Fazenda. 4) Nota Técnica
4 02/MDS/2017. 5) Composição atual da Gestão. 6) Presença dos representantes da
5 fazenda, procuradoria, e controle interno para esclarecimento sobre situação atual do
6 município. 7) Recursos do PSE e do PSB. ASSUNTOS A SEREM DELIBERADOS: 1
7 – Estacionamento. 2 – Cadastramento duas instituições no CNEAS. 3 – Critério de visitas
8 as instituições. 4 – Laudo do Corpo de bombeiros. 5 – Convênios. 6 – Composição da
9 Diretoria Executiva. 7 – Substituição de conselheiros governamentais nas Comissões. 8
10 – Criação da Comissão da Conferência. 9 – Marco Regulatório das Organizações da
11 Sociedade Civil. 10 – Regularização CRAS e CREAS Vila Maria Helena. 11 –
12 Instituição de longa permanência. Colocada em votação a proposta de pauta é aprovada
13 pelos conselheiros. 1) A Vice-Presidente do CMAS, Sra. Roseli Ramos Duarte
14 Fernandes pergunta aos conselheiros se todos receberam a ata e se há alguma alteração a
15 ser feita. Não havendo nenhuma alteração a ata 157 é aprovada por unanimidade. 2) O
16 Secretário Executivo do CMAS, Sr. Marcelo Costa Lopes Junior lembra que na reunião
17 passada informou que o CENSO SUAS 2016 não havia sido preenchido por completo e
18 quando a nova gestão assumiu, vem tentando fazer contato com o MDS que nos

19 informou que com o não preenchimento do CENSO SUAS pode acontecer a interrupção
20 do Co-Financiamento Federal. Pode ficar excluído das estatísticas nacionais até o
21 próximo CENSO 2017. Não poderão ser incluídos em cálculo de indicadores e
22 Resoluções ou demais normativas que usem o CENSO como critério de expansão de
23 recurso ou incentivo. A Vice-Presidente do CMAS, Sra. Roseli Ramos Duarte
24 Fernandes diz que na última reunião foi sinalizado a seriedade deste não preenchimento.
25 Tendo em vista que não estamos conseguindo retorno por email e telefone, a gestão
26 tomou a iniciativa de ir a Brasília pessoalmente para tentar resolver este assunto. Caso
27 não consiga, alguém será responsabilizado por isto. Diz ainda que na próxima reunião
28 terá alguma resposta de como será conduzido. 3) A Vice-Presidente do CMAS, Sra.
29 Roseli Ramos Duarte Fernandes informa que foram nomeados os representantes da
30 Secretaria de Fazenda como Conselheiros sendo Igor dos Santos Maciel – Titular e
31 Bianca de Sant’Ana Oliveira – Suplente. 4 – A Diretora da Proteção Social Básica, Sra.
32 Marcia Sanches Braga Figuera explanou sobre a Nota Técnica 02/MDS/2017 a respeito
33 da promoção de integração ao mundo de trabalho. A Sra. Camila Oliveira de Souza
34 informou que esta Norma Técnica já foi encaminhada por email aos conselheiros e
35 instituições. 5) A Vice-Presidente do CMAS, Sra. Roseli Ramos Duarte Fernandes
36 lembra que na última reunião foi feita sua apresentação como Secretária Municipal de
37 Assistência Social e Direitos Humanos, porém, após esta reunião, foi informada que
38 enquanto professora da rede pública municipal, ao assumir um cargo de agente político,
39 teria que abrir mão da remuneração enquanto professora. Diante disto, houve uma
40 inversão onde a Sra. Aline Ferreira Batista Ribeiro será a Secretária Municipal de
41 Assistência Social e Direitos Humanos e a Sra. Roseli Ramos Duarte Fernandes será
42 Assessora Técnica. 6) A Vice-Presidente do CMAS, Sra. Roseli Ramos Duarte
43 Fernandes diz que convidou representantes da Secretaria de Fazenda, Controle Interno e
44 Procuradoria para dar esclarecimentos conforme foi falado na última reunião deste
45 CMAS. 7) A Vice-Presidente do CMAS, Sra. Roseli Ramos Duarte Fernandes informa
46 que houve uma suspensão de recurso do serviço de fortalecimento de vínculos da
47 Proteção Social Básica e a Proteção Social Especial estão com todos os serviços com
48 recursos bloqueados. Diz ainda que a suspensão e/ou bloqueio de recurso se dá por
49 conta do não cumprimento de alguma meta e/ou atividade. Os bloqueios começaram em
50 maio de dois mil e quinze e agora estamos com todos os recursos da PSE bloqueados.
51 Diz ainda que os recursos foram bloqueados por falta de uso. Explica que a verba é
52 encaminhada para o município e para utilizá-lo é necessário implementar a utilização

53 dentro de um prazo. Quando esta implementação não acontece o recurso é perdido.
54 ASSUNTOS A SEREM DELIBERADOS: 1 – O Dr. Igor de Miranda Costa da
55 Coordenação Jurídica da SMASDH diz que entrou em contato com a Procuradoria e foi
56 informada que a Gestão anterior rescindiu o contrato com a empresa que administrava o
57 Parqueamento e esta empresa entrou com uma ação judicial. Com isso o município não
58 pode cobrar o estacionamento rotativo até que esta ação judicial seja concluída. 2 – O
59 Secretário Executivo do CMAS, Sr. Marcelo Costa Lopes Junior diz que o Conselho
60 está auxiliando no cadastramento das instituições. Explica que o CNEAS é um dos
61 requisitos para o Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil, portanto há
62 necessidade do preenchimento o mais breve possível. A Sra. Camila Oliveira de Souza
63 informa que encaminhou um email para todas as instituições inscritas no CMAS com
64 todos os questionários que deverão ser preenchidos de acordo com a oferta prestada na
65 instituição: Serviço, Programas e Projetos, Benefícios assistenciais e/ou
66 Assessoramento, Defesa e Garantia de Direitos. Após o preenchimento imprimir e
67 aguardar a visita da PSB ou PSE que será agendada previamente. A Técnica da PSB,
68 Sra. Thereza C. S. da Rocha Miranda pede as instituições para que fiquem atentas aos
69 serviços que executam para que os questionários sejam preenchidos por completo e
70 corretamente. 3 – A Vice-Presidente do CMAS, Sra Roseli Ramos Duarte Fernandes diz
71 que o critério de visitas as instituições é relacionado a logística tendo em vista que
72 estamos com dificuldades em relação aos carros. 4 – A conselheira Siomara de Azevedo
73 diz que a instituição vem tendo muitas dificuldades para conseguir o Laudo do Corpo de
74 Bombeiros. A representante da instituição CIRES, Sra. Jaqueline diz que não consegue
75 o Certificado da Vigilância Sanitária. A Vice-Presidente do CMAS, Sra Roseli Ramos
76 Duarte Fernandes diz que não pode se comprometer em resolver esta situação, mas pede
77 as instituições que estão tendo dificuldades informar ao CMAS. 5 - O Coordenador
78 Jurídico da SMASDH, Dr. Igor de Miranda Costa explica que a gestão anterior não
79 conseguiu realizar a prorrogação a tempo. Os processos foram encaminhados a PGM
80 para que seja dado um parecer quanto a possibilidade de prorrogação destes convênios.
81 Caso não seja viável a prorrogação, faremos um novo convênio. 6 - A Vice-Presidente
82 do CMAS, Sra. Roseli Ramos Duarte Fernandes diz que está faltando a nomeação da 1ª
83 Secretária para compor a Diretoria Executiva do CMAS e indica a conselheira Valéria
84 Alves de Souza Inácio. Colocado em votação a nomeação é aprovada por unanimidade.
85 7 - A Vice-Presidente do CMAS, Sra. Roseli Ramos Duarte Fernandes diz que precisa
86 fazer a substituição dos conselheiros governamentais nas Comissões. COMISSÃO DE

87 ORÇAMENTO E FINANÇAS: Ana Gabriela Moraes Farias e Igor dos Santos Maciel
88 COMISSÃO DE DIREITOS E FISCALIZAÇÃO: Marilsa Conceição Felomena e
89 Clema dos Santos. COMISSÃO DE DIVULGAÇÃO: Érica Lourenço Ricardo e Valéria
90 Alves de Souza Inácio. COMISSÃO DO COMPETI: Lazara Aparecida Rodrigues
91 Penedo. COMISSÃO DA INSTÂNCIA DE CONTROLE DO PROGRAMA BOLSA
92 FAMÍLIA: Tânia Maria Robaine Ferreira Canella, Valéria Alves de Souza Inácio,
93 Denise de Souza Cordeiro Vaz. COMISSÃO INTERSETORIAL PARA PROMOÇÃO,
94 PROTEÇÃO, DEFESA E GARANTIA DOS DIREITOS DE CRIANÇAS E
95 ADOLESCENTES À CONVIVÊNCIA FAMILIAR E COMUNITÁRIA: Valéria Alves
96 de Souza Inácio. COMISSÃO PARA ELABORAÇÃO DO PLANO DE TRABALHO
97 PETI: Lazara Aparecida Rodrigues Penedo e Tania Maria Robaine Ferreira Canella.
98 COMISSÃO PARA ELABORAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA
99 SOCIAL: Marcia Sanches Braga Figueira e Érica Lourenço Ricardo. Colocado em
100 votação as substituições dos conselheiros governamentais nas comissões são aprovadas.
101 8 - A Vice-Presidente do CMAS, Sra Roseli Ramos Duarte Fernandes informa que
102 neste ano teremos a Conferência Municipal de Assistência Social e precisamos criar a
103 Comissão. Colocado em votação a criação da Comissão de Elaboração da XIII
104 Conferência Municipal de Assistência Social conforme composição: Thereza C. S. da
105 Rocha Miranda (Governamental), Marilsa Conceição Felomena (Governamental), Érica
106 Lourenço Ricardo (Governamental), Cláudia Abreu Brandão Santos (Sociedade Civil),
107 Cleide Jane Figueiró de Araújo (Sociedade Civil) e Dilcineia Drumond S. Ferreira
108 (Sociedade Civil) sendo aprovado. 9 - A Vice-Presidente do CMAS, Sra Roseli Ramos
109 Duarte Fernandes pede para que este ponto seja discutido por ultimo. 10 - A Vice-
110 Presidente do CMAS, Sra Roseli Ramos Duarte Fernandes sinalizou a preocupação da
111 gestão em relação ao CRAS e CREAS de Vila Maria Helena, pois, a gestão,
112 foi procurada pela proprietária cobrando o aluguel, porém não foi localizado nenhum
113 processo de aluguel deste espaço. Diz ainda que encaminhou a informação para a
114 Procuradoria tendo em vista que estes dois equipamentos recebem recurso federal e
115 estão funcionando em um espaço que a Secretaria não tem nenhum vínculo, inclusive
116 conta de luz e telefone estão no nome da proprietária que relatou que recebia aluguel
117 em espécie de algum funcionário nesta SMASDH. Visando regularizar a situação, a
118 gestão solicitou a avaliação do imóvel para que possa ser alugado como manda a lei. 9 –
119 O Sr. Marco Antonio da Silva do Controle Interno da Prefeitura Municipal de Duque de
120 Caxias diz que o Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil é uma

121 legislação nova e está trabalhando junto com a Secretária para elaborar uma nova
122 normativa e facilitar as instituições neste processo. A Vice-Presidente do CMAS, Sra.
123 Roseli Ramos Duarte Fernandes diz que está fazendo o possível par agilizar este
124 processo, precisará da criação de uma Comissão para elaboração do Edital e que
125 provavelmente haverá uma reunião extraordinária para aprovação deste Edital. 11 – A
126 Diretora da Proteção Social Especial, Solange Goretti explica que na primeira visita a
127 instituição de longa permanência encontrou uma relação de funcionários que não
128 estavam presentes. Não encontrou nenhuma documentação, nenhum projeto para este
129 abrigo de idosos, apenas a planta do local. A Vice-presidente, Sra. Roseli Ramos Duarte
130 Fernandes esclareceu que houve uma convocação à gestão do Promotor Guilherme
131 Macabu para argumentar o imediato funcionamento do abrigo, já que o mesmo estava
132 pronto e inaugurado, já em condições de receber os idosos que serão direcionados pra
133 esse equipamento. A gestão esclareceu que o espaço é por meio de comodato com
134 validade até trinta e um de dezembro de dois mil e dezoito, fato que foi recebido pelo
135 Promotor Guilherme Macabu como surpresa, pois ele sempre teve a informação que o
136 abrigo era próprio e com que recursos houve construção em um terreno que não é da
137 Prefeitura. Estes questionamentos do Promotor foram encaminhados a Secretaria
138 Municipal de Obras e estamos aguardando resposta. A Vice Presidente do CMAS diz
139 que o Projeto está sendo elaborado e será encaminhado para apreciação e aprovação do
140 CMAS e para o CMI. Nada mais havendo a tratar a Vice-Presidente do CMAS, Senhora
141 Roseli Ramos Duarte Fernandes deu por encerrada a reunião de cujos trabalhos foi
142 lavrada a presente ata e segue assinada pelos conselheiros presentes e por esta
143 Secretário Executiva.